



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

DIEGO MARTINS DA MOTA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ATUAR NO
ENSINO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

RECIFE
2019

DIEGO MARTINS DA MOTA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ATUAR NO
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção parcial do grau de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Rosângela Cely Branco Lindoso.

RECIFE
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M917f

Mota, Diego

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ATUAR NO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS / Diego Mota. - 2019.
30 f.

Orientadora: Rosangela Cely Branco.

Coorientador: Lindoso Lindoso.

Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Educação Física, Recife, 2019.

1. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. 2. EDUCAÇÃO FÍSICA. 3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES. I. Branco, Rosangela Cely, orient. II. Lindoso, Lindoso, coorient. III. Título

CDD 613.7

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Rosângela Cely Branco Lindoso
Orientadora

Prof. José Mawinson Cândido Lima
Examinador I

Profa. Thamyrys Fernanda Cândido Lima
Examinador II

LISTA DE SIGLAS

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IES- Instituição de Ensino Superior

MEC- Ministério da Educação

PBA- Programa Brasil Alfabetizado

PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação

PLANFOR - Plano Nacional de Formação do Trabalhador

PNE- Plano de Desenvolvimento da Educação

AGRADECIMENTOS

As primeiras pessoas a quem devo meus mais sinceros e eternos agradecimentos são meus pais, Creusa de Castro Martins da Mota e Jerônimo Dias da Mota, por dedicarem, até então, 34 anos de suas vidas à minha saúde, estudos e bem-estar. Pelo amor, apoio, incentivo e parceria diária. Antes de qualquer coisa os tenho como meus melhores amigos de uma vida inteira!

A Tarcília Tavares, irmã que a vida me deu, e Lucas Rumening, outro irmão que a Universidade Federal Rural me deu, enfim a todos que participaram efetivamente da minha formação, claro que não posso esquecer de uma educadora extraordinária que foi minha orientadora, a professora doutora Rosângela Lindoso, um ser de luz.

Agradeço aos colegas que a Universidade pôde me presentear, porém tudo tem seu ciclo, e se faz necessário fecha-lo para que novos ciclos se abram, isso é viver.

Aos professores e professoras dos Departamentos de Educação e Educação Física, pela dedicação, profissionalismo e ensinamentos transmitidos. Em especial às professoras Ana Flávia Araújo Pinho, Rosângela Lindoso, minha orientadora, repito, ser de luz e ao professor Ricardo Lima, esse último por resgatar e estimular o ímpeto pela vida acadêmica, enfim agradeço por nunca terem desistido de mim, por acreditarem na minha capacidade e por sempre me estimularem a seguir até o fim e não desistir no caminho, pois as dificuldades foram muitas, muitas mesmo.

À Elis, secretária e sinônimo de eficiência do Departamento de educação física. Sempre paciente, com boa vontade e muita competência, além de um sorriso encantador, sempre resolvendo õproblemasö, não só meus , mas de todos e tirando todas as dúvidas alheias inerentes ao departamento de educação física.

RESUMO

Este estudo parte do seguinte problema: como a educação de jovens e Adultos, EJA se apresenta nos cursos de licenciatura em educação física nas instituições públicas de Pernambuco para atender esta modalidade de ensino? Para isso traçamos como objetivo geral, analisar como estão organizadas as licenciaturas em educação física nas instituições públicas para atender os alunos da modalidade EJA, a partir dos documentos e do discurso do professor envolvido. Como objetivos específicos, apresentar a construção dessa modalidade de ensino no Brasil; identificar os cursos que apresentam essa disciplina em sua matriz curricular; identificar como esta temática se apresenta a partir do discurso de um docente que atua nesta modalidade de ensino. Consiste na realização de uma entrevista estruturada com o professor de educação física de uma escola pública de Recife que atende na modalidade de ensino a educação de jovens e adultos ó EJA e a verificação documental do currículo de formação nos cursos de licenciatura em Educação Física. Os resultados apontam que não existe uma preocupação por parte das instituições de ensino superior pública que oferecem o curso de formação em licenciatura em Educação Física com esse público do EJA, apenas identificamos que na Universidade Federal Rural de Pernambuco, contempla uma disciplina que aborda metodologias de práticas para adultos. Identificamos com a pesquisa que o discurso de inclusão não se materializa na prática e que isso é contraditório., e ainda se torna mais grave pois evidencia-se a inclusão excludente segundo Kuenzer (2000), através dos processos desses processo de inclusão excludente tanto a educação escolar quanto a não escolar se articulam dialeticamente aos processos de exclusão includente existentes no mundo do trabalho. Acaba sendo uma estratégia que fornece uma certificação vazia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Educação Física; Formação de Professores.

ABSTRACT

This study starts from the following problem: How does the education of youth and adults present in undergraduate courses in physical education in public institutions in Pernambuco to attend this type of education? For this purpose we set as a general objective, to analyze how are the undergraduate degrees in physical education in public institutions to meet the students of the EJA modality, from the documents and the speech of the teacher involved. As specific objectives, to present the construction of this modality of education in Brazil; identify the courses that present this discipline in their curriculum matrix; identify how this theme is presented from the discourse of a teacher who works in this teaching modality. It consists of conducting a structured interview with the physical education teacher of a public school in Recife that serves in the modality of teaching the education of youth and adults - EJA and the documentary verification of the training curriculum in the undergraduate courses in Physical Education. The results indicate that there is no concern on the part of the public higher education institutions that offer the degree course in Physical Education with this EJA public, we just identified that in the Federal Rural University of Pernambuco, it contemplates a discipline that deals with methodologies of practices for adults. We identified with the research that the inclusion discourse does not materialize in practice and that this is contradictory., And it becomes even more serious because the exclusionary inclusion according to Kuenzer (2000) is evidenced, through the processes of this exclusionary inclusion process. non-school education is dialectically articulated to the inclusive exclusion processes in the world of work. It turns out to be a strategy that provides an empty certification.

KEYWORDS: Youth and Adult Education; Physical Education ; Teacher Training.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	12
2.2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	13
3 METODOLOGIA	20
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	21
4.1 VERIFICAÇÃO DAS MATRIZES CURRICULARES DE TRÊS IES PÚBLICAS DE PERNAMBUCO.....	21
4.2 ENTREVISTA TRANSCRITA COM PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA ESCOLA PÚBLICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	21
4.3 A AUSÊNCIA DE UMA FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA A EJA	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo parte de experiências vivenciada pelo autor, concerne a prática pedagógica em educação física escolar no âmbito da educação física de jovens e adultos (EJA), enquanto aluno da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) sob as coordenadas do professor da disciplina metodologia das práticas corporais para adultos, Ricardo Lima docente da UFRPE e também sob a supervisão do professor de educação física regente na escola CEJA Valdemar de Oliveira, localizada na Avenida Mário Melo, S/N ó Santo Amaro, Recife, 50040 ó 010. Uma escola pública localizada no centro e que não foge da regra da violência dos grandes centros, essa característica já inerente aos grandes centros urbanos e que acaba refletindo no contexto sócio- cultural do aluno. É nesse dilema que foi aplicado o referido estudo, que ocorreu na quarta fase na modalidade EJA entre os meses de abril e maio de 2019.

Este estudo parte do seguinte problema: como a educação de jovens e Adultos, EJA se apresenta nos cursos de licenciatura em educação física nas instituições públicas de Pernambuco para atender esta modalidade de ensino?

Para isso traçamos como objetivo geral, analisar como estão organizadas as licenciaturas em educação física nas instituições públicas para atender os alunos da modalidade EJA, a partir dos documentos e da fala do professor envolvido.

Como objetivos específicos,

Apresentar a construção dessa modalidade de ensino no Brasil;

identificar os cursos que apresentam essa disciplina em sua matriz curricular;

identificar como esta temática se apresenta a partir do discurso de um docente que atua nesta modalidade de ensino.

O estudo consiste em uma pesquisa documental das Matrizes curriculares, realizamos também uma entrevista estruturada com o professor de educação física da escola pública pesquisada. Foi um trabalho em grupo o qual transformei em estudo monográfico.

A formação para uma modalidade específica como o EJA é um tema muito relevante para nossa educação básica, assim como a educação superior, pois vai tratar de elementos basilares para uma vida em uma sociedade mais justa e igualitária para todos, em especial alunos do EJA, onde o processo de inclusão tem um papel social que merece destaque, não só na educação, mais também em todos os aspectos de uma vida social de fato.

O estudo cujo objeto é intrínseco a educação física no EJA no âmbito escolar, possui relevância para a área. Partimos do princípio da isonomia, contido em nossa constituição no

artigo 5, que afirma: "tratamentos iguais ao igual e tratamentos desiguais ao desigual na medida em que desigualam". Ou seja, os diferentes devem ser tratados de forma diferentes para que essa diferença seja minimizada, tendo em vista, toda diversidade encontrada no âmbito do EJA, que dentre outras é o que rege os parâmetros curriculares da educação física para o EJA, assim como toda uma conjuntura referente ao EJA que norteia de forma macro para o micro à respeito da aprendizagem no EJA como: o papel social da inclusão e respeito a heterogeneidade como um todo;; quanto a qualificação profissional (capacitação, atualização, reciclagem); as próprias políticas públicas, entre outros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No atual cenário encontrado na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no que se refere à prática da Educação Física, é muito restrito. A lei que rege as diretrizes e bases da educação brasileira, LDB 9394/96 no § 3o A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003),

I ó que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II ó maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III ó que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV ó amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

V ó (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI ó que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

No mesmo instante em que torna a oferta da Educação Física obrigatória durante toda Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio), contraditoriamente regida pelas alíneas A, B, C, D e E, deixa esta prática facultativa para os educandos que tenham prole, ou que tenham idade superior a trinta anos, ou que cumpram jornada de trabalho igual ou superior a seis horas diárias, ou que estejam obrigados à prática de educação física (BRASIL, 1996)

Em uma proposta curricular para a Educação de Jovens de Adultos a Educação Física deve tratar o indivíduo em seu todo, não se limitando apenas às performances que o corpo pode desempenhar. Entretanto, não é necessário excluir os jogos esportes e movimentos das aulas de Educação Física, com isso o próprio nome da profissão já não teria mais sentido, o importante é perceber que, através destas atividades, podemos alcançar objetivos muito maiores, compreendendo os conteúdos da educação física como formas de entender o mundo no qual vive, no sentido histórico, cultural e social. Como em todas as modalidades educacionais na EJA, a Educação Física tem um caráter relacional com o educando, trazendo por finalidade principal o seu pleno desenvolvimento integral no âmbito físico, cognitivo, profissional, social e afetivo, tornando-o um ser humano

melhor. Entendida como uma ferramenta de luta contra a discriminação e exclusão social de qualquer tipo, transformando e beneficiando, também, a sociedade.

2.2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A educação de jovens e adultos teve início com a colonização, com o objetivo de educar para a dominação. As ordens religiosas, principalmente jesuítas, alfabetizavam e doutrinavam os povos indígenas para o trabalho e aceitação da nova ordem social imposta.

No campo dos direitos legais, a constituição de 1824 instituiu a educação primária e gratuita para todos os cidadãos. Mesmo com a intenção legal, muito pouco se fez para garantir esse direito. O conceito de cidadão, nesse período, excluía: negros, indígenas e maior parte das mulheres. No Brasil republicano, a constituição marginalizava a maior parte da população do processo político, excluindo o analfabeto do direito ao voto. Em 1920, 72% da população brasileira acima de 5 anos era composta por analfabetos, (HADDAD, DI PIERRO, 2000).

Segundo o autor durante o governo de Getúlio Vargas, pela primeira vez o ensino de jovens e adultos recebe um destaque na legislação. O Plano Nacional da Educação instituiu o ensino primário integral, gratuito e obrigatório. O ensino que deveria ser estendido aos adultos, mas não de forma obrigatória como para crianças.

Instituiu-se em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário. A meta era realizar um programa de ampliação do ensino, direcionando 25% dos recursos para o ensino supletivo para adolescentes e adultos.

O autor segue afirmando que no pós-guerra ampliou a preocupação mundial com o analfabetismo como entrave para o progresso. Em 1947 foi instalado o Serviço de Educação de Adultos (SEA). Integrou os serviços já existentes, produziu e distribuiu material didático e mobilizou a opinião pública os governos estaduais e municipais e a iniciativa privada. Teve fim em 1950 e foi denominada Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos CEAA. O principal objetivo era capacitar a população em idade produtiva para a exploração capitalista.

Em 1952 foi realizado o II congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro. Repensar modelo de educação de adultos. No mesmo ano, nasce a campanha Nacional de Educação Rural e a Campanha nacional de Erradicação do Analfabetismo. Ambas de curta duração e pouca realização.

Com os esforços aplicados nas décadas de 1940 e 1950 o índice de analfabetismo de pessoas maiores de 5 anos caiu para 47 % em 1960.

A partir da década de 40 a EJA já era reconhecida, mas o prestígio de ser reconhecida como responsabilidade pública e direito continuam em construção. Mesmo com os avanços, os métodos e práticas pedagógicos utilizados para alfabetizar os adultos era o mesmo utilizado com crianças do ensino regular. O analfabeto era estigmatizado como ignorante e imaturo. , (HADDAD, DI PIERRO, 2000)

Dos anos 60 até o golpe militar de 1964, o cenário era completamente favorável para o desenvolvimento da EJA. Diversos movimentos foram financiados ou promovidos pelo estado, dentre eles: O movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de 1961; Movimento de cultura popular do Recife em 1961; Criação de Centros Populares de Cultura; Órgãos culturais da UNE; Campanha De Pé no Chão também se aprende a ler, da Secretaria municipal de educação de Natal; Em 1964, o programa nacional de alfabetização do Ministério de Educação e Cultura, com presença Paulo Freire. Com o golpe de 1964 os Movimentos educacionais e de cultura popular foram reprimidos, e o programa nacional e alfabetização interrompido. Foi criado o MOBREAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização, 1967. Lei 5.379. O movimento contava com grande quantidade de recursos, 1% do Imposto de Renda devido pelas empresas, complementada com 24% da renda líquida da Loteria Esportiva.

Segundo Haddad (2000) o MOBREAL era uma parte do aparelho ideológico do estado autoritário, com objetivo de manter o status quo e treinar a população em idade produtiva para o trabalho mais qualificado e obediente. Todos os programas anteriores, que objetivavam uma educação mais social e questionadora foram interrompidos e seus dirigentes presos pela repressão. Os professores do Mobreal eram treinados e verticalmente supervisionados, principalmente para garantir o controle ideológico. A educação era parte do plano de desenvolvimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 5.692 de 11 de agosto de 1971, capítulo IV, o Ensino Supletivo foi regulamentado. O Ensino Supletivo foi definido como um subsistema integrado, independente do Ensino Regular, porém com este intimamente relacionado. Através do ensino supletivo, era a oportunidade dos que não tiveram oportunidade de escolarização em outra época e de atualização para os já instruídos. A legislação recomendava que os professores do ensino supletivo recebessem formação específica para a modalidade. Mas a recomendação não era garantia que os professores estivessem preparados para exercício da função, principalmente por não ser obrigatório o curso de aperfeiçoamento. Com a redemocratização do estado brasileiro em 1985 temos outro marco do processo histórico percorrido pela EJA no Brasil. A constituição de 88 materializou

o reconhecimento dos direitos dos jovens e adultos a educação fundamental, responsabilidade do Estado por sua oferta pública, gratuita e universal, no entanto as políticas públicas concretas negaram esse direito. A garantia formal do direito a educação para jovens e adultos foi o principal legado do período.(ARAÚJO, 2015)

Foi extinto o MOBREAL, programa estigmatizado como modelo de educação domesticadora e de baixa qualidade, substituído ainda em 1985 pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos ó Educar. Mesmo herdando do mobreal muito da estrutura burocrática, a Fundação Educar incorporou muitas das inovações sugeridas pela Comissão que em princípios de 1986 formulou suas diretrizes político-pedagógicas.

Com o governo de Fernando Collor de Mello, a Fundação educar foi extinta como parte da política de enxugamento dos gastos do estado para controle da inflação. A educação foi um dos principais alvos dos ajustes, principalmente a educação de jovens e adultos, visto que já era uma ala marginalizada, caracterizada pelo estigma de assistência social. Foi um período marcado pela descentralização do encargo com a EJA, a transferência da responsabilidade pública da EJA para os municípios.(ARAÚJO, 2015)

Fernando Henrique Cardoso priorizou a implementação de uma reforma político-institucional da educação pública. Aprovou a LDB 9.394 junto ao congresso fim de 1996. A nova lei diminuiu a idade mínima para os exames supletivos e abolição da distinção entre os subsistemas de ensino regular e supletivo integrando o ensino supletivo ao ensino básico comum. Em meados de 1997, é criado junto ao MEC um Projeto de Plano Nacional de Educação (PNE) apresentado em fevereiro de 1998 à Câmara dos Deputados. Até maio de 2000, a PNE ainda aguardava votação em plenário.

A reforma educacional de Fernando Henrique foi uma reforma neoliberal com o objetivo de restringir os gastos públicos e descentralização dos encargos na tentativa de superação da crise do capitalismo. Fazia parte do programa de controle de inflação. O principal instrumento da reforma foi a aprovação da Emenda Constitucional 14/96, que suprimiu das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 o artigo que comprometia a sociedade e os governos a erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental até 1998, desobrigando o governo federal de aplicar com essa finalidade a metade dos recursos vinculados à educação, o que implicaria elevar o gasto educacional global.

Segundo Araújo (2015) foi criado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), fundo redistribuído para suplementar os governos estaduais e municipais. A lei recebeu veto do presidente, um deles impediu que o fundo financiasse as matrículas de jovens e adultos, priorizando o ensino de crianças e

adolescentes dos 7 aos 14 anos. O Programa Alfabetização Solidária (PAS) foi idealizado em 1996 pelo Ministério da Educação, mas é coordenado pelo Conselho da Comunidade Solidária- vinculado ao executivo federal- Consiste num programa de alfabetização inicial com apenas cinco meses de duração, tempo claramente insuficiente para resultados satisfatórios. O programa atendeu 776 mil alunos, dos quais menos de um quinto adquiriu a capacidade de ler e escrever pequenos textos.

Ainda segundo Araújo (2015) foi criado em 1995 o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), não era um programa de ensino fundamental ou médio, destinava-se à qualificação profissional da população economicamente ativa. Delineou um perfil de formação requisitado pelo mercado de trabalho. O financiamento vinha do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Com a subida do Partido do Trabalhador (PT) ao poder em 2003, as expectativas de progresso da EJA eram muitas. De fato, ocorreram avanços nas políticas de EJA implantadas pelo executivo em relação ao governo anterior óFHC- mas de forma alguma cumpriu com o prometido.

Os repasses ao Fundef continuaram muito aquém do que previa a própria lei que o regulamentou. A pequena abrangência desse fundo e os vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE ó Lei nº10.172/2001), realizados por FHC e também criticados antes da eleição de Lula foram mantidos mantido até 2004. Os recursos federais para a educação básica situaram-se em patamares muito baixos, apesar de o discurso priorizar a educação. O governo marcou o retorno do governo federal no quadro de responsabilidades com a EJA, principalmente através da aprovação da FUNDEB, que passa a abarcar a EJA, em substituição ao Fundef. (ARAÚJO, 2015)

Dentre as pessoas com mais de 15 anos de idade, enquanto, em 2003, o Brasil tinha um índice de 11,6% de analfabetos, a Colômbia possuía menos da metade: 5,8%. Em 2001, a Argentina tinha uma taxa de analfabetismo de 2,8%. A campanha eleitoral do PT prometia que a alfabetização de adultos seria uma das prioridades do governo.

No primeiro ano da gestão Lula foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA), responsável pelo PBA, e a Comissão Nacional de Alfabetização (CNA), que contava com a participação de movimentos sociais e, em especial, dos diversos fóruns de EJA. Contudo, em 2004, face às reivindicações de que a alfabetização fosse integrada a outras políticas de educação básica, a SEEA foi incorporada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, que surge com o objetivo de combate à discriminação racial e sexual e valorização à diversidade; e fez com que as

demandas específicas dos povos quilombolas, indígenas, privados de liberdade, pescadores e pessoas com deficiência, entre outras, fossem levadas em consideração com maior destaque. Programas como o Pro Jovem, o Educando para a Liberdade e o Pescando Letras confirmam tal diagnóstico. (ARAÚJO, 2015)

Desde 2003, são repassadas pelo governo federal verbas para a formação de professores, sendo que em 2007, em especial após o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação, (PDE), começaram a ser enviados recursos para o pagamento de coordenadores e supervisores pedagógicos. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) teve início em 2003. Os cursos são breves, variando de 240 a 320 horas-aula (aproximadamente seis a oito meses de duração). O PBA tinha, no início, um restrito caráter de campanha. A qualificação do serviço prestado foi negligenciada muitas entidades sem qualquer experiência na área puderam ser cadastradas. Insuficiente, o PBA pouco acrescenta em relação às campanhas e aos programas de alfabetização realizados no país desde a década de 1940. Mas, em comparação com o PAS, única iniciativa do governo de FHC na área, estabelece relação direta com estados e municípios e permite a apresentação de projetos para a EJA.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pro Jovem) foi implantado em 2005, vinculado à Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). No início foi destinado à inclusão de, jovens de 18 a 24 anos, com escolaridade superior à 4ª série que não concluíram o ensino fundamental e não possuíam vínculos formais de trabalho. A meta era realizar a integração entre o aumento da escolaridade (conclusão do ensino fundamental), a formação inicial ligada à qualificação profissional e a ação comunitária. A carga horária era de 5 horas diárias por um período de 12 meses ininterruptos, os educandos recebiam, no início do programa, uma bolsa mensal de R\$ 100,00. (ARAÚJO, 2015)

Em 2008, o Pro Jovem foi reorganizado e expandiu seu campo de atuação. A faixa etária foi ampliada, com o atendimento de jovens com até 29 anos. A duração do curso também sofreu um aumento para 18 meses, os jovens com carteira assinada puderam cursá-lo e houve uma expansão para municípios com mais de 200 mil habitantes. O Pro Jovem inicial foi renomeado para Pro Jovem Urbano, vinculado à Secretária-geral da Presidência da República.

Outra iniciativa do governo Lula foi o Programa Saberes da Terra, em 2005, ligado ao MEC/SECAD, com o objetivo de integrar a formação do ensino fundamental com a qualificação social e profissional de jovens agricultores. Outro projeto foi o Pro Jovem

Campo ó Saberes da Terra com duração de dois anos, em uma formação que procura integrar teoria e prática. Seus eixos são: agricultura familiar e sustentabilidade. Alterna aulas teóricas e práticas de agricultura. Os estudantes recebem bolsa de R\$ 1.200,00, dividida em 12 parcelas iguais. (ARAÚJO, 2015)

O Programa Pro Jovem Trabalhador ó Juventude Cidadã, foi criado em 2008, substituiu o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). O referido programa atende jovens de 18 a 29 anos de idade que estejam em situação de desemprego e sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo e que estejam em situação de dificuldade de inserção na atividade produtiva. Tais jovens recebem um auxílio financeiro de R\$ 600,00, distribuídos em seis parcelas de R\$ 100,00. Seu principal objetivo é a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para esses jovens, por meio da qualificação sócio profissional. (ARAÚJO, 2015)

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) foi criado em 1998; na época, como iniciativa proposta pelo MST e pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Inicialmente, foi vinculado ao então Ministério Extraordinário de Política Fundiária; desde 2001 está sendo gerido pelo INCRA, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Foi instituído pela Portaria nº 10/1998 e pela Lei nº 11.947/2009. Trata-se de uma política pública de educação do campo, desenvolvida em áreas de reforma agrária. O Pronera não oferece apenas cursos de EJA, mas também de ensino médio, ensino superior e residência agrária. O programa procura auxiliar como instrumento de democratização do conhecimento no campo, utilizando-se, destarte, metodologias voltadas ao desenvolvimento das áreas da reforma agrária. Um dos objetivos é a formação e habilitação de educadores nas regiões de assentamentos e de acampamentos.

Os cursos de alfabetização possuem duração de um ano, período insuficiente para que os educandos consigam um desenvolvimento satisfatório, ainda mais quando não há encaminhamento em cursos que proporcionem a continuidade de estudos dos assentados ou acampados jovens e adultos. O quadro se torna ainda mais contraproducente quando se constata a falta de uma formação adequada de boa parte dos professores e a precariedade da maioria das instalações físicas.

O Proeja foi instituído pelo Decreto nº 5.478/2005, depois reformulado pelo Decreto nº 5.840/2006, subordinado à Secretaria de Educação. Pauta-se, portanto, de uma iniciativa do governo federal que procura integrar a EJA com a educação profissional. Foi instituído,

inicialmente, nos Centros Federais de Educação Tecnológica, nas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e nas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. O primeiro decreto estabelecia que 10% das vagas nessas instituições deveriam ser destinadas ao Proeja. O decreto posterior previa a expansão para as redes municipais e estaduais, bem como para as chamadas Instituições Parceiras.

Plano Nacional de Qualificação (PNQ), é subsequente ao Planfor, porém com algumas modificações, ações que objetivam a formação básica e profissional dos participantes. Os programas ligados ao PNQ são custeados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). (ARAÚJO, 2015)

No tocante ao atendimento de jovens e adultos privados de liberdade, vale citar o Projeto Educando para a Liberdade, desenvolvido entre 2005 e 2006. Em parceria entre o MEC e o Ministério da Justiça, com o apoio da Unesco, objetivava afirmar o direito à educação dessas pessoas, bem como melhorar as condições de sua oferta nos presídios brasileiros. Os dados oficiais indicam investimentos da ordem R\$ 1,7 milhões, insignificante frente a população carcerária de mais de 700 mil presos.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) foi uma das ações adotadas para a EJA pelo governo federal. Lançado em 2002, ainda durante o governo FHC, tem como objetivo realizar uma avaliação de competências e habilidades básicas para jovens e adultos. Um ENEM especial para os alunos de EJA.

A implantação da EJA foi se desenvolvendo aos poucos, e ainda hoje não é considerada efetivamente como direito. A marginalização desse tipo de ensino cria entraves que dificultam a conscientização da necessidade de uma qualificação específica para dos educadores da EJA.

3 METODOLOGIA

O estudo consiste em uma pesquisa que utiliza a dialética como método interpretativo, segundo Minayo (2010), a dialética é a arte diálogo, da permuta e da controvérsia, pois como há tanta transparência tanto na linguagem quanto na vida, na qual a relação de poder e de produção contrapõem pessoas, grupos e classes. A autora reconhece a própria linguagem como forma de dominação que precisa ser desmitificada tornando-se objeto de reflexão, nesse sentido estudando as matrizes curriculares das instituições públicas podemos vislumbrar tais relações. A pesquisa é qualitativa porque na interpretação e análise dos dados procuraremos evidenciar as contradições fazendo a crítica.

O estudo consiste em duas partes, uma análise documental das matrizes curriculares de três Instituições de Ensino Superior, (IES), públicas que oferecem o curso de licenciatura em educação física e uma entrevista com o professor de uma escola na qual existe a modalidade de ensino EJA.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 VERIFICAÇÃO DAS MATRIZES CURRICULARES DE TRÊS IES PÚBLICAS DE PERNAMBUCO

Foi realizada a análise dos currículos de formação nos cursos de Licenciatura em educação física nas principais IES públicas do estado de Pernambuco, chamaremos de IES A, IES B e IES C.

Na IES A, o curso possui 7 período com 32 disciplinas que contemplam a vivência teórica e prática para formação do ensino regular, no entanto não identificamos nenhuma disciplina que contemple a modalidade de jovens e adultos.

Na IES B, oferece o curso com duração de 4 anos (8 períodos), também identificamos uma preocupação com a formação para o ensino regular, no entanto no último período identificamos uma disciplina que contempla a prática corporal de adultos, o que demonstra timidamente uma preocupação com essa faixa etária.

Na última IES C o curso de formação de professor em educação física dessa instituição também possui 8 períodos, e como nas outras também existe uma preocupação com a formação para o atendimento do ensino não normal e como a modalidade de EJA não é contemplada em nenhum dos seus períodos.

Não sabemos afirmar se nas IES A e C existem alguma disciplina que cita, debate ou disponibiliza alguma informação sobre essa modalidade de ensino. Já na IES B é sabido pelos pesquisadores, que são dessa instituição de ensino, que existe sim, uma formação tanto teórica e prática para essa modalidade de ensino.

4.2 ENTREVISTA TRANSCRITA COM PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA ESCOLA PÚBLICA NA MODALIDADE EJA

No perfil do entrevistado consta vinte sete anos de experiência, formado pela Universidade Federal de Pernambuco, trabalhando na Educação de Jovens e Adultos acerca de dez anos. Ao perguntar ao docente se ele teve na sua graduação formação para essa modalidade de ensino, o mesmo responde que: *na graduação não tive formação para esse tipo de modalidade de ensino, então naquela época eu nem exatamente conhecia nem tive conhecimento*

Foi questionado se houve alguma formação continuada realizada nessa modalidade de ensino. Ele afirma:

Não, também não houve uma formação continuada a não ser a que... não mas para o EJA não, na escola as vezes tinha alguma palestra, alguma coisa, mas sempre para falar de alguma coisa, normalmente de algum problema, mas não exatamente uma formação, e as formações que a secretaria de educação dar, o estado fornece, existe um calendário e eles não são exatamente ligados ao EJA, eles são de educação física e de uma forma que você vai tratar isso no EJA da forma que você achar melhor, você vai fazer a famosa organização a sua adaptação para o seu trabalho.

Perguntamos também se a ausência de formação na graduação e na formação continuada, foi uma obstáculo e como superou, o docente afirma que:

Eu disse antes, não houve uma formação na graduação, olhe, é um obstáculo de todo jeito porque você está menos preparado para o trabalho no EJA, ele tem algumas particularidades que tornam essa modalidade diferente, e uma delas é o tempo de ensino que é menor, você tem que de certa forma selecionar os conteúdos de alguma forma, a idade dos alunos, ela também faz com que você tenha um trato diferente, o objetivo do aluno de está ali na escola é uma coisa diferente, o nível de conhecimento que ele tem é diferente, a questão muitas vezes de o aluno está a dois, três, cinco, dez, quinze, vinte anos afastado de uma escola, se você não tiver o mínimo de sensibilidade para tratar com esse aluno, você além de não ensinar nada, além de não passar nenhum tipo de conteúdo, você vai fazer com que ele desista, você vai criar um obstáculo para ele se você não tiver uma sensibilidade para tratar o conteúdo, isso eu digo de qualquer disciplina do EJA, os outros professores, principalmente da área de exatas, eles sofrem bastante com isso, é o que eu vejo lá, um relato informal dos professores, agente fala das dificuldades dos alunos, mas também há um relato muito grande dos alunos em relação aos professores, matemática, física, muito mais matemática, física também, mais essa questão do cálculo, então na realidade educação física não é tão diferente, embora ele tenha mais facilidade de retomar isso, pelo menos assim, eu tenho já um planejamento organizado que na minha opinião e com minha experiência que tenho nessa prática tem facilitado esse entendimento, da forma que eu trabalho, inclusive eu estabeleci pelos casos que vinham aparecendo, um trabalho em cima de leituras, de debates, de produção de textos em cima dos conteúdos da educação física, até porque nós tínhamos uma dificuldade de espaço, quando eu comecei a trabalhar, que foi só a noite, então nós temos a dificuldade de espaço para trabalhar a prática, então quase que não fazíamos, os alunos também, o noturno tem essa característica de serem alunos trabalhadores, eles muitas não queriam, enfim, então foi uma adaptação, a escola em que trabalho, ela é EJA manhã, tarde e noite, embora tenham características diferentes os três turnos, o turno da manhã tem mais adolescentes, o turno da tarde mais misturado, e o turno da noite mais adultos trabalhadores.

Ao indagarmos quais as dificuldades encontradas atualmente na sua prática pedagógica ele responde:

Bem, a dificuldade é essa de você organizar, embora tenha alguns documentos oficiais, mas esses documentos oficiais também é... lógico que facilita você nortear tudo, claro que sim, mas na realidade você tem que estabelecer um entendimento com a turma, com nível do pessoal e isso difere de ano a ano, de semestre a semestre até, que tem as séries que são anuais, um ano corrido, e tem o módulo que é o período de seis meses por semestre, é diferente também, para você ter uma ideia, eu tenho um módulo referente ao ensino médio, primeiro, segundo, terceiro módulo, cada módulo, eu tenho uma média de dez aulas por unidade, então eu tenho no semestre vinte aulas na média, então é pouco tempo pedagógico para você estabelecer essa gama de conhecimento, infelizmente não dar para aprofundar logicamente, então você escolhe, você trabalha, você, enfim essa organização que o professor acaba tendo que fazer, uma aula só semanal, se bem que no ensino médio

regular em outra escola em que trabalhei era da mesma forma e isso dificulta muito, tanto o passar do conteúdo, seja em quantidade, quanto em aprofundamento e você ainda tem que ter algum mecanismo de entender o retorno disso, como foi e como não foi, então não é fácil não, é meio complicado, embora você estabeleça e entenda que não pode fazer muito mais do que isso, eu particularmente tenho gostado, me adaptei muito, me interessei muito pela essa modalidade do EJA, eu particularmente gosto de ter essa relação com aluno que não fique só na sala, então eles tem, eles apresentam uma grande experiência de vida, pela idade mesmo, principalmente o pessoal da noite que quando eu comecei, então o trabalho ficou muito em cima disso, de ter o conteúdo, falar, colher informações das experiências deles, vividas ou sabidas ou observadas e aí agente desenvolve também em cima disso, faço muito essa relação do conteúdo com o cotidiano deles, embora também isso acabou sendo uma dinâmica de todos os conteúdos, essa relação, eu sempre explico no início que a minha intenção é que o que agente trata na escola não fique dentro da escola, que eles possam de alguma forma utilizar para vida deles, algumas coisas com mais eficiência e outras vão ter menos possibilidade, mas isso é para todo mundo, enfim, isso tem dado resultado bastante positivo, tanto deles se interessarem pela aula, que isso também ao longo do tempo também tenho notado que tem surtido efeito, como também deles participarem, deles trazerem coisas que... experiências vividas a partir do conhecimento, entenderem a proposta, valorizarem e reconhecerem e também dentro desse outro aspecto que já falei de leitura e escrita em cima de uma fala uma vez de uma aluna que tinha sido reprovada em um teste simples lá para ser assistente de serviços gerais, ela não passou na prova de português e matemática, isso me tocou muito, na questão de... poxa, deve ter sido uma prova simples, escrever alguma coisa, fazer uma conta simples lá de um raciocínio também simples, e essa pessoa não conseguiu, então daí eu comecei a tentar usar a educação física, já que eu trabalhava muita coisa basicamente na teoria, e aí fazer com que isso também contribuísse para o entendimento deles, na questão de leitura, estimular, e é o que tenho feito, assim, desenvolvi alguns trabalhos e mesmo tendo completado agora nesse mês de maio vinte e quatro anos de estado, fico sempre achando que poderia ter feito mais, estou me engajando com o professor de português para desenvolver um trabalho com leitura, assim, uma coisa mais organizada por está com o professor da disciplina, já tenho também contato com o professor de física lá da escola, quero também desenvolver um trabalho junto, e em cima do que ele esteja trabalhando de física para agente juntar com educação física, ir para uma quadra, ver ângulo, ver movimento, ver...enfim, entra na parte de matemática de ver média, que eu entendo também que o EJA eles precisam de uma coisa mais concreta por eles estarem muitas vezes afastados e muitas vezes os meninos menores não terem aquele estímulo de uma família estruturada, para vir para escola, e muitos deles na minha escola estão envolvidos com situações de risco, vulnerabilidade em relação a tráfico, a roubo, a violência doméstica, lá tem de tudo, então eles precisam de alguma coisa que chame mais atenção deles, que desafie mais ainda do que o normal dos adolescente, das pessoas em geral, então é...com o professor de inglês também agente já, só para ter uma ideia, agente já bolou, vai colocar em prática, uma aula onde eles vão... o professor de inglês vai trabalhar termos, expressões em inglês, características do jogo, possivelmente seja o futebol que é mais popular, e agente vai trabalhar na prática o futebol, usando só as expressões em inglês, é uma coisa simples, eu não inventei o inglês e nem inventei o futebol, só estou juntando as duas disciplinas, as duas atividades para chamar mais atenção, para tornar uma coisa mais agradável, para fazer com eles fixem alguma coisa do inglês, por exemplo, estimulem a estudar, aprender, a gostar e sensibilizando também, com a ajuda dos amigos, dos professores, agente tem que fazer alguma coisa diferente, porque se for só para dar uma aulinha lá daquele jeito antigo, o cara não...as pessoas ficam também desestimuladas, e tem muito aluno que chegam do trabalho ver o que você está falando lá, até interessante, e o cara está pescando na tua frente, cochilando, não é a aula que está chata não, é que o cara está cansado mesmo, com sono, então como falei no começo, essa sensibilidade, esse entendimento, essa conversa tem que ter, e o EJA ainda mais.

Ainda não ficando claro as dificuldades atuais para sua prática pedagógica, foi pedido ao mesmo para elencar as dificuldades.

Um problema, uma dificuldade é justamente por não termos a quadra, e é uma questão, só esmiuçando um pouco mais, para efeito de registro, é uma questão estranha porque temos uma quadra no complexo que a princípio serviria as escolas do complexo, e na verdade quem toma conta, não sei desde quando, mas a um bom tempo é o pessoal do Sizenando, então nós não possuímos acesso a quadra coberta, tem acesso a quadra descoberta, mas como vocês também vivenciaram, tem momentos lá de horários que é impraticável, insuportável a questão do sol, qualquer esforço, o sol realmente é muito forte e também é uma constatação essa diferença de temperatura você está exposto em um horário de nove, dez, de onze horas, de tarde, de uma hora, de duas horas, de três, só final da tarde ou no começo da manhã que é mais fácil trabalhar, inclusive, assim, os próprios alunos muitas vezes querem e agente isso fazer a prática na quadra, mas as vezes eles mesmos chamam e eu não posso nem reclamar, porque é dureza, e ainda é mais dureza você explicar o que não tem explicação que é não ter acesso a quadra, ao ginásio coberto, inclusive já levei essa questão para GRE, e a própria GRE, eles não sabem dizer como isso se procede, como continua, enfim, é um processo aí que não exatamente compete aos professores resolver, mas isso já foi passado para direção e também ficou na mesma, mas a questão é realmente a ausência de uma material mínimo, é...eu costumo andar com algumas bolas, algum material, mas que são meus, eu acabei adquirindo para ter o mínimo do mínimo e também nem confio de deixar isso nas escolas, porque não tem um lugar adequado, porque não tem um lugar de confiança, e para não perder eu fico com isso rodando dentro do carro, que logicamente não é o ideal, é...muitas vezes essa diferença de, essa heterogeneidade de idades, complica um pouco, embora não seja empecilho, agente pode fazer uma prática, agente pode fazer uma adaptação, inclusive nós temos, como vocês também presenciaram, vários alunos com necessidades especiais, então muitas vezes é muito parecida a situação do aluno especial, do aluno com mais idade, uma senhora, e eu já fiz...tem turmas com a característica maior com essa questão da diferença de idade, de manhã tem menos, a tarde tem mais, e a noite como já disse anteriormente, a maioria é de adultos, mas eles também gostam e topam fazer, eu inclusive em jogos e em outras atividades, eu fiz muitas atividades adaptadas, atividades que não precisavam de tanta corrida e que a questão da aptidão física não iria pesar, e as atividades mesmo nos jogos, ela não tinham o caráter competitivo, era mais de participação, era mais de você fazer, se você cumprisse aquela tarefa você já era campeão, já tinha o sucesso naquela atividade, não era exatamente se comparando a outra pessoa, ou a outro grupo, assim, quando conseguimos a quadra a noite, uma vez ou outra, eles gostam, eles querem, mas tem essa parte da dificuldade, que é a dificuldade que todos encontram nas aulas, talvez hoje esteja melhor essa questão das quadras, eu vejo vários relatos, várias postagens de colegas, com quadras cobertas, com quadras boas, com espaços próprios, e aqui agente não tem isso, é uma dificuldade, o deslocamento também é uma dificuldade, para lá e para cá, embora isso não pode ser empecilho, mas dificulta um pouco, no mais e também uma questão de organização, como eu também falei no início, é essa questão do tempo pedagógico, nós temos um número pequeno de aulas, dificulta um pouco agente atingir os conteúdos, aí tem que ter uma mescla interessante de práticas e teóricas, assim, na sala mesmo passar o conteúdo com texto etc. que eu também acho importante, mas é basicamente isso, material, a estrutura física e o tempo que é muito curto, muito pequeno.

4.3 A AUSÊNCIA DE UMA FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA A EJA

Após a regulamentação da EJA pelo Estado brasileiro, o processo de formação de educadores da EJA atingiu vias de bifurcação, além disso, a regulamentação tem como efeito colateral a aproximação de um perfil para a EJA. Em uma das opções possíveis, e a quem tem sido largamente aplicada, caracteriza-se pela generalização do perfil dos educadores e

normatização das licenciaturas e pedagogias em um molde universalista de formação de professores. Por outro lado, a necessidade de se criar um perfil para a EJA, processo obrigatório para traçar um perfil para os seus profissionais, permitiu que Miguel Arroyo pensasse em um projeto para o desenvolvimento destes perfis.

Este estudo consiste em conscientizar os profissionais da EJA acerca da situação da Educação de Jovens e Adultos, da sua formação, das políticas públicas relacionadas à EJA e sobre o dever do Estado em relação à modalidade da Educação de Jovens e Adultos. O próximo passo sugerido por Miguel Arroyo é o da construção coletiva do perfil da EJA, através de debates intensos, valorizando o histórico da Educação de Jovens e Adultos. Para que isso possa ocorrer plenamente, se faz necessário que as políticas públicas objetivem a criação de condições favoráveis a estas ações, ao invés da criação de políticas restritivas, limitadoras.

Alguns educadores enxergam a EJA como uma possibilidade de completar a sua carga horaria sem fazer muito esforço, por isso eles acabam não se comprometendo de fato com essa modalidade educativa, utilizando-a somente para satisfazer suas questões financeiras, abandonando-a assim que conseguem outra colocação profissional. Essa falta de continuidade é prejudicial tanto para os estudantes como para o grupo docente que não conseguem adquirir uma formação continuada coesa em função dessas mudanças constantes.

A Falta de formação específica para essa modalidade é uma questão que merece uma reflexão, tendo em vista que os educadores deveriam ser formados para lidar com as especificidades da modalidade escolar na qual se dá a sua prática. Por que isso não acontece em larga escala na EJA? Procurando responder essa pergunta, recorreremos A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 a fim de observar o que a mesma fala sobre a formação inicial e continuada que pudesse se aplicar para o educador da EJA. Durante essa pesquisa encontramos os seguintes artigos:

Art. 62 - A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 67º. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

Após a leitura destes artigos fica claro que a LDB (1996) não trata das formações para as modalidades educacionais como a EJA, educação especial, etc., abordando apenas o que se refere à educação regular. Diante disso, encontramos na própria lei uma brecha que não obriga o estado a promover formação específica para esses educadores.

Nesse cenário, as únicas possibilidades que restam para esses professores é buscar por espaços de discussão e formação em EJA ou aprender a lidar com o público desta modalidade durante o exercício da prática docente.

Evidente que essa não é uma situação generalizada, afinal existem estados e municípios que investem na formação de educadores para EJA, mesmo enfrentando algumas dificuldades como encontrar o turno apropriado para sua realização, já que muitos docentes possuem uma carga horaria de 40 ou 60 horas semanais de trabalho, entre outras questões.

É imprescindível, também, a inserção de disciplinas que insiram bases sólidas acerca de teorias pedagógicas, exigindo pesquisa, reflexão e produção teórica dos educadores da EJA. Isto possibilitará que os profissionais da Educação de Jovens e Adultos construam uma teoria pedagógica contrária às perspectivas pedagógicas estruturadas sobre o conceito de ensino, teorizando sobre os processos de formação de quem já pensa, já tem voz e questionamentos, de alguém que está sendo construído em múltiplos espaços.

O empedramento sólido sobre a história dos Direitos Humanos e da história do direito a educação são aspectos fundamentais no perfil dos professores da EJA idealizados por Arroyo. Com esta posseção será possível de mercantilizar a educação e reestruturá-la como um direito básico.

Desenvolver no perfil dos educadores a seleção de conhecimentos vivos, para serem debatidos entre os alunos, conhecimentos que se relacionem ao mundo do trabalho, à história, à segregação, à cultura, etc. A capacitação para a identificação do conhecimento vivo pelos profissionais pode acontecer através da valorização dos campos de conhecimentos interpretativos, tais como a filosofia, história, artes, cultura, possibilitando que os educadores possam explicitar significados de fatos sociais e que respondam às interrogações os jovens e adultos carregam.

Para preparar os profissionais para o domínio destes conhecimentos, faz-se necessário uma alteração no currículo de formação dos profissionais, propiciando que os educadores captem, valorizem e trabalhem os saberes, conhecimentos, culturas, interrogações e significado que os adultos e jovens populares produzem em suas vivências coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade voltada para o mundo do trabalho, fica evidente que a educação tenha que se adequar a essa sistemática. Sendo o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) uma ferramenta importante para cada vez mais entrar na logística da economia de mercado, respeitando, pelo menos na teoria, a identidade de cada um e seu lugar no mundo. Formando seres reflexivos para utilizar seu conhecimento a favor da humanidade, refletindo sobre valores morais, o exercício da cidadania, qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, cooperação e papel social do esporte. Na mesma linha, Paulo Freire (1996) diz que a importância do papel do educador, o mérito da paz, com certeza, de que faz a sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo.

Muitos alunos da Educação de Jovens e Adultos ali estão almejando maiores e melhores oportunidades de formação teóricas mínimas para uma vida digna, pois muito estão na modalidade para satisfação pessoal como constatado dados adquiridos através do questionário aplicado. A modalidade de EJA se enquadra as necessidades dessa parcela de estudante que já tiveram experiência com o sistema regular de ensino ou estão há algum período afastados da escola. Fornecendo a formação necessária para atingirem seus objetivos, como conclusão do ensino básico e médio, e assim obterem melhores chances de entrar no mercado de trabalho ou subir no cargo que já ocupam, ingressar no ensino superior ou concluir um ciclo, de ensino, interrompido anteriormente por algum fator.

A experiência vivida por nós na escola deixa clara a importância do professor supervisor em seus relatos, observações, correções e auxílios. Alguns professores, apresentam dificuldade quanto a sistematização do conhecimento nas aulas de Educação Física na escola, privando os alunos do conhecimento aprofundado sobre os temas da cultura corporal, repercutindo negativamente no estabelecimento de qualquer relação entre tais temas e sua vida, segundo Souza e Souza Junior (2013). Essa análise se comprova na dificuldade inicial de sistematização do conhecimento, com a desconstrução das práticas dispendiosas de ações anteriores, excluindo uma parcela significativa da turma, não atendendo efetivamente a todos, negando o conhecimento deste componente curricular previsto para aquele momento dentro do planejamento.

Podemos observar a realidade na prática da Educação de Jovens e Adultos, bem como os diversos desafios a serem transpostos como as condições estruturais da instituição de ensino com os recursos disponíveis para as ações do grupo, as visões dos estudantes diante das atividades propostas e em relação à Educação Física, a diversificação das aulas e suas

ramificações. Conhecemos um pouco dos desejos e expectativas dos envolvidos, podendo articular todos os recursos para o possível atendimento, exigindo do grupo uma série de medidas e adequações na elaboração e execução das aulas. Levando, assim a um aprendizado mútuo e verificando a prática social latente em decorrência da nossa formação acadêmica, já que nem todos os conhecimentos vistos por nós em sala de aula condizem com a realidade da prática. Onde muito do que se propõe nos documentos que direcionam a prática pedagógica é negligenciado ou simplesmente inexistente. Sendo necessária uma formação mais estruturada para a atuação nesse formato de ensino, devido as demandas e especificidades desses estudantes, que demonstraram disposição em mostrar sua identidade e compartilhar seus conhecimentos sobre os temas trabalhados. Acreditamos que a experiência contribui significativamente para edificar nossa formação acadêmica, assim como fomenta a busca por novas visões sobre a atuação do professor de Educação Física e a possibilidade de atuação nessa modalidade de ensino.

A formação dos profissionais que ficam a cargo nesse processo, não possui uma estruturação específica para essa modalidade, levando os educadores a utilizarem o mesmo método utilizado na educação regular e causando assim grande evasão e não aprendizagem dos programas oferecidos. Garantir uma EJA com características e modalidades coerentes com as experiências de vida e trabalho podem garantir a permanência e conclusão do estudante dentro do programa. A busca e desenvolvimento de temas como identidade, trabalho, cultura, diversidade, cidadania, tecnologias e uma pedagogia libertadora, podem ser boa abordagem metodológicas. Já que o professor deve levar em consideração todos os fatores heterogênicos dos estudantes observando as variações de postura nas aulas e avanço no processo pedagógico, atendendo assim o maior número de necessidade dos participantes. Participando ativamente de todo o processo seja na elaboração dos planos de aulas e ensino, adequando as exigências do Projeto Político Pedagógico, realizando atividades diversas na intenção de adesão, dialogando com os estudantes e reconhecendo seus saberes prévios e englobando suas experiências e contextualizando esses conhecimentos, como base para sistematização das ações pedagógicas buscando temas interdisciplinares e atuais dando uma maior gama de possibilidade para as práticas.

Identificamos com a pesquisa que o discurso de inclusão não se materializa na prática e que isso é contraditório., e ainda se torna mais grave pois evidencia-se a inclusão excludente segundo Kuenzer (2000), através dos processos desses processo de inclusão excludente tanto a educação escolar quanto a não escolar se articulam dialeticamente aos processos de exclusão

incluente existentes no mundo do trabalho. Acaba sendo uma estratégia que fornece uma certificação vazia.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Adálcio Carvalho de. **EDUCAÇÃO SUPLETIVA E ENSINO SUPLETIVO COMO POLÍTICA NACIONAL: nas trilhas da história da Educação de Adultos - da Constituição de 1891 à Lei nº 5.692/71 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Perspectivas em Políticas Públicas | Belo Horizonte | Vol. VIII | Nº 16 | P. 69-100 | jul/dez 2015.**
- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.
- ARROYO, Miguel. **Formar Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos.** In SOARES, Leôncio (Org). *Formação de Educadores de Jovens e Adultos.* Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.
- BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 11/2000: **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.**
- BRASIL. Lei nº. 5.3790, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 1967.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5379.htm>. Acesso em 13 fev. 2015.
- BRASIL. Senado Federal. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago.
- CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **As políticas para a Educação de Jovens e Adultos nos governos Lula (2003-2010): incongruências do financiamento insuficiente.** Doutora do em educação, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 2011.
- DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.** Educ. Soc., Campinas, v. 26, n.92, p. 1115-1139, out. 2005.
- FERREIRA, Luiz _Olavo Fonseca. **Ações em movimento: Fórum Mineiro de EJA ó da participação às políticas públicas_.** 2008. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) ó Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia da autonomia.** São Paulo. Paz e Terra, 1999.
- KUENZER, Acácia. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo. Cortez, 2000.
- HADDAD, Sérgio, DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos.** Revista Brasileira de Educação, n. 14, maio/ago. 2000. p.108-130.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA, Brasília, 20 de março de 2008.

PERNAMBUCO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais Para A Oferta Da Educação De Jovens E Adultos**. Gerência De Políticas Educacionais De Jovens, Adultos E Idosos. Secretaria da Educação 2016.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares de Educação Física**. Recife: Secretaria de Educação-PE, 2013.

SÁ, Adalgisa Leôncio Eusébio de; VERARDI, Cláudia Albuquerque. **Santo Amaro (Bairro, Recife)**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/>>. Acesso em: 19 Abril 2019.